



Associação Conquistas da Revolução

Nº 16 | DEZEMBRO 2016

Folha Informativa

www.conquistasdarevolucao.blogspot.com

- 03 | Os tempos estão a mudar
- 04 | “Critério Editorial” substitui a Censura
- 06 | A Revolução que abalou o século XX
- 08 | Assim vai o mundo...
- 10 | Recuperar a Soberania para Construir o Futuro



PRÓXIMAS INICIATIVAS:

CARLOS PAREDES
Evocação e Festa de Amizade, no mês do seu Aniversário.

| 19 FEVEREIRO 2017 - 15h00
Salão d'A Voz do Operário.

| 7 DEZEMBRO 2016 - 17h30 LISBOA
Assembleia Geral da ACR - Sessão Ordinária/Plano de Atividades e Orçamento para 2017, entre outros pontos.

Casa do Alentejo, Rua das Portas de Stº Antão, nº58, Lisboa.

PARTICIPE!

E traga novas ideias e outros sócios e amigos!

EDITORIAL

LUTA PELA PAZ E PELO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

Passo a passo, hoje aqui e amanhã noutros lados, a humanidade avança ou recua. O que antes parecia adquirido, por ser essencial para o desenvolvimento dos países e povos, torna-se presa fácil das forças do passado e da exploração mais tirânica e ameaçadora.

Para onde vamos? Em Portugal, conseguimos, com a luta de massas ao longo dos anos e sensibilidade política e revolucionária, tirar energúmenos e partidos reaccionários do poder central, reconquistar direitos roubados por aqueles que governaram para as grandes potências do dinheiro, da guerra e da morte espalhada pelo mundo.

Agora, novas e velhas ameaças aí estão, na impotência e no aprisionamento de forças políticas à União Europeia e às ordens do imperialismo. Mas a alternativa não é olharmos passiva ou agitada para os “milagres” perdidos ou ansiados e para ambições de “revolução” a todo o custo e para já. O que interessa, braço a braço, pequena, média e grande conquista a

alcançar, é unir mais e mais esforços, em cada situação concreta e avaliada, com as armas e capacidades que temos para avançar.

Realismo, firmeza, rigor e capacidade de saber propor e realizar. É isso que se impõe aos democratas, revolucionários e forças políticas, sindicais, sociais e de todo o tipo de intervenção pelos direitos fundamentais, pela paz, pelo bem-estar do nosso povo, pelas conquistas de melhores salários e qualidade de vida, na saúde, na educação, nas frentes sociais e culturais, entre outras.

Vêm aí as eleições para o poder local democrático. Saibamos reunir forças, despertar energias, criar condições para a defesa e desenvolvimento dessa conquista fundamental da Revolução de Abril. Ser revolucionário é estar lá, nas ruas e nos bairros, nas empresas e locais de trabalho e lazer, nas freguesias e nos concelhos,

a auscultar as populações e a erguer listas e propostas que correspondam aos interesses fundamentais dos trabalhadores e dos habitantes locais. E, ainda, construir bases para um passo decisivo que é imperativo e que tarda: a regionalização democrática e transformadora do país, na igualdade e na afirmação territorial e financeira, no desenvolvimento potenciador de mais liberdade, trabalho gerador de riqueza, participação e condições de vida que queremos alcançar.

Objectivos que integrem os mais novos e os mais velhos na luta pelo direito fundamental de vivermos e nos fixarmos nas nossas terras e nas terras onde estamos e que queremos tornar melhores, na paz e no desenvolvimento dirigido pelo povo e para o povo, para quem trabalha e quer justiça, fraternidade, um futuro livre de ameaças e construtor do quotidiano individual e colectivo que merecemos.

Modesto Navarro
Vogal da Direcção da ACR



Associação Conquistas da Revolução

**O vosso contributo financeiro
é indispensável para a actividade
da Associação!**

PAGUE A SUA QUOTA!

TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA
NIB 0035 2178 0002 9245 6304 6

ou DEPÓSITO
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
2178 0002 9245 630



Os tempos estão a mudar

Nada me liga em termos ideológicos ao Presidente da República, nem acredito que não esteja a desenvolver o seu próprio programa político que não incluirá certamente um arranjo parlamentar como o actual, sem uma posição relevante para o PSD.

Nada de ilusões, portanto.

Contudo, tal não impede que perpassasse pelo país um ambiente mais desanuviado, uma outra esperança e uma discreta alegria, a existência de uma esquerda que luta por melhorar a sua qualidade de vida, contra as injustiças sociais, sendo capaz de inspirar confiança.

Com os anteriores PR e 1º ministro, vivia-se numa atmosfera de pesadelo. Apenas interessava cumprir os ditames da UE.

Vem isto a propósito do orçamento para 2017. Neste, ressalta claramente que o PS, embora legitimamente, não pretende abandonar das suas linhas programáticas, nem dos seus compromissos eleitorais, mantendo a sua subordinação à UE e a fidelidade aos respectivos Pactos e Tratados, não se dispondo a renegociar os juros da nossa dívida, o que constitui um obstáculo para o investimento público. Por outro lado, não se decide a incomodar os detentores das grandes alavancas económicas, aplicando-lhes impostos mais adequados. Entretanto, a UE con-

tinua a impôr pressão sobre este Governo politicamente “inconveniente”, acabando até o Parlamento Europeu de aprovar um relatório que constitui mais uma ingerência e ataque à soberania portuguesa, cuja Constituição consagra direitos sociais e de trabalho muito superiores aos agora previstos, com o argumento de constituir uma harmonização dos chamados direitos fundamentais dos vários países.

Este tipo de constrangimento não permite de facto ir muito mais longe. Neste orçamento, encontram-se deficiências na solidariedade e nos apoios sociais, na equidade salarial para os trabalhadores da função pública e em diversas áreas específicas como a educação, a cultura, a saúde, tendo como pano de fundo a gritante desigualdade salarial que tem vindo a aumentar.

Apesar deste panorama, algo se conseguiu na reposição de direitos, na eliminação das mais variadas modalidades de cortes salariais e na diminuição de impostos que resultaram da acção do governo anterior.

É contudo necessário continuar o combate por mais e melhor emprego, pela atribuição justa de pensões e outros apoios sociais e contra as exigências de juros leoninos que, como devedores, a UE nos impõe.

CrITÉrio Editorial” substituiu a Censura

A censura como forma institucionalizada de controlo da informação acabou com o 25 de Abril, mas novas formas de a aplicar não tardaram a manifestar-se, sobretudo na Comunicação Social estatizada, a partir do 25 de Novembro de 1975. Directas, nalguns casos, conforme em várias ocasiões então denunciou o Sindicato dos Jornalistas, mais disfarçadas na generalidade das situações, iniciando uma “escola” que ainda hoje domina a generalidade dos mais importantes media portugueses.

Essa nova/velha censura assume várias formas e, sendo certo que a generalidade dos jornalistas não a sente de forma específica, através de “cortes cirúrgicas” nos seus textos, não é menos verdade que ela existe de forma mais ou menos encapotada. E começa de uma forma muito simples, através da selecção de temas na agenda diária do órgão de comunicação social, entendendo-se, depois, à forma como esses temas são ignorados ou tratados. Já não se trata de censura pura e dura, mas daquilo a que passou a designar-se como critérios editoriais e gestão de recursos e assume particular importância nas televisões, sem dúvida o meio de maior impacto no acesso da população à informação.

Um bom exemplo, além da desigual cobertura da actividade dos partidos políticos e de entrevistas aos seus dirigentes, é o noticiário sobre o activismo sindical, sobretudo quando se trata de “greves antipáticas” para a população em geral, com destaque para os sectores do transporte e saúde. A generalidade dos OCS, com destaque para as televisões, passa como cães sobre vinha vindimada pelos motivos da paralisação, ouvindo brevemente um sindicalista, mas nunca deixa de dar maior destaque aos incómodos que a paralisação possa causar aos utentes, com reportagens e pequenas entrevistas de gente indignada feitas com o mesmo despreendimento que é dado, sazonalmente, às idas à praia num dia de calor. Isto, em regra, acompanhado – e ainda, sobretudo, pelas televisões – pelas opiniões de comentadores encartados, unânimes na condenação da greve.

Neste, como noutros casos de interesse nacional ou internacional, o produto servido ao leitor/ouvinte/telespectador reflecte a ideologia dominante nos OCS e as excepções são poucas. O modo como é tratado o actual conflito no Médio Oriente, sobretudo na Síria, e a forma como se vai “mentalizando” a população para um novo cenário de guerra



fria são bons exemplos de uma informação “factual”, mas tantas vezes direcionada num só sentido, a que falta a explicação que permita ao receptor da notícia ignorar todas as “cortinas de fumo” e confrontar-se com a realidade.

Talvez isto, este desfasamento da realidade, seja uma das causas do declínio de alguma imprensa escrita, nomeadamente aquela que é, ou era, considerada de “referência”. Não é só a concorrência das televisões ou dos media na Internet, não é apenas a concentração em grupos ou a entrada de capital estrangeiro. Poderemos é perguntar por que motivo o capital estrangeiro se interessa por produtos que diariamente dão prejuízo.

Há outra causa e, a meu ver, muito importante: a demissão de muitos jornalistas do papel que lhes compete, a defesa dos princípios deontológicos da profissão e, mais inquietante ainda, a ignorância de muitos jornalistas, sobretudo das novas gerações, desses mesmos princípios. Uma situação agravada, nos últimos anos, com a debandada, nalguns casos voluntária, noutros forçada, de inúmeros profissionais com experiência e provas dadas, deixando as redacções entregues à precariedade de jovens com baixos salários que não têm ninguém para os acompanhar e formar.

José David Lopes
Jornalista

CARLOS PAREDES, *Evocação e festa de amizade, no mês do seu Aniversário.*



19 Fevereiro 2017 - 15h00
Salão d’A Voz do Operário

Agora podemos informar a data e hora da iniciativa, que contará com a presença e actuação de Luísa Amaro e muitos amigos e companheiros de Carlos Paredes. **Vamos encher o Salão d’A Voz do Operário com a música, a criatividade e o exemplo notável e ético que nos deu e deixou Carlos Paredes. Vamos todos evocá-lo e homenageá-lo com a grande generosidade de artistas, de grupos, de homens e mulheres da música e da vida democrática e activa que queremos defender e impulsionar.**

Carlos Paredes estará lá connosco na luminosidade da música, no canto que nos fará erguer ainda mais a vontade de lutar por um país justo e democrático, em desenvolvimento e libertador.

COMPARECE!

A Revolução que abalou o século XX



No passado dia 7 de Novembro (25 de Outubro, no antigo calendário russo), asinalaram-se os 99 anos da Revolução de Outubro. A vitória em 1917 da Revolução de Outubro reuniu as condições necessárias para a transformação radical da situação política, social e económica do povo russo. As conquistas da Revolução de Outubro serviram de meta para milhões de trabalhadores no mundo, que nela viram a realização das suas mais justas reivindicações. O regime socialista soviético reconheceu à mulher, pela primeira vez na história, direitos iguais aos do homem em todos os aspectos da vida. Assegurou a todos os cidadãos um salário igual para um trabalho igual. Concedeu aos cidadãos o direito à liberdade de expressão, de imprensa, de reunião, a liberdade de associação, a liberdade de consciência, o direito de voto

e de serem eleitos para todos os organismos representativos do Estado. Garantiu a todos o direito ao trabalho e ao descanso, à instrução e à assistência médica gratuitas, à reforma e a uma pensão em caso de doença ou incapacidade para o trabalho. Nos dias seguintes à revolução foi proibido o trabalho infantil.

Embora a Rússia antes da revolução fosse um país agrário, a sua agricultura era bastante retrógrada. Das cerca de 20 milhões de explorações camponesas então existentes, cerca de 13 milhões eram de baixa produtividade. A maioria dos camponeses trabalhava a terra com material verdadeiramente primitivo.

O dia-a-dia dos camponeses era de fome, epidemias e miséria. Na maioria dos lares camponeses pobres não se consumia praticamente carne e leite.

O Decreto sobre a terra, adoptado pelo governo soviético no dia seguinte à vitória da revolução, correspondia aos interesses vitais do campesinato trabalhador. «É totalmente abolido o direito à propriedade privada da terra; a terra deixa de poder ser vendida, comprada, arrendada, hipotecada ou alienada de qualquer outra maneira.».

Com a vitória da Revolução de Outubro assistiu-se, pela primeira vez no mundo, à realização do sonho secular dos camponeses em relação à terra, acabava-se definitivamente com todas as sequelas de servidão na agricultura.

A URSS, o povo soviético, o Exército Vermelho, deram um contributo determinante para a vitória sobre o nazi-fascismo na Segunda Guerra Mundial, numa heroica luta que custou mais de vinte milhões de vidas. A Revolução de Outubro trouxe à tona os novos conceitos de organização social em que a produção é planificada de acordo com a pessoa humana.

Uma das grandes conquistas da Revolução de Outubro foi o alargamento à escala global dos direitos humanos. Considerando que o 1º contributo foi da Revolução Francesa (embora este se baseasse apenas nos direitos cívicos), a Revolução de Outubro acrescentou aos direitos cívicos os direitos ao trabalho, à saúde, à segurança social, à educação e cultura. Este factor contribuiu para que a luta nos países capitalistas se alargasse, pois os direitos políticos não

eram universais - em Inglaterra e em outros países capitalistas as mulheres não tinham direitos cívicos; mesmo a Constituição Portuguesa de 1911, que Lenine considerava das mais avançadas, não considerava o direito ao voto de mulheres e analfabetos, 70% da população.

Foi com a Revolução de Outubro que estes direitos foram alcançados, pois os poderes dos países capitalistas foram empurrados a fazer cedências pela acção dos povos inspirados pela Revolução de Outubro. A crise do capitalismo no pós-guerra trouxe uma nova concepção de Estado, com o surgimento das suas funções sociais, com vista a garantir as condições de vida das populações.

Hoje já não existe URSS, vivemos tempos difíceis, o capitalismo expõe a natureza exploradora, opressora, agressiva e predadora. A Revolução de Outubro e as primeiras tentativas de construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados estão no centro de constantes ataques. As forças que dominavam e continuam a dominar o mundo não perdoam a ousadia daqueles que se tentam libertar das amarras, não perdoam aqueles que resistem à ofensiva capitalista e buscam o caminho do progresso e do socialismo. E, no entanto, é a estes que pertence o futuro.

Nuno Lopes

Vogal da Direcção da ACR

Assim vai o Mundo...

A nível internacional, a situação não dá sinais de melhorar, muito pelo contrário.

No Brasil consumou-se a destituição da Presidente Dilma Rousseff, na sequência dum golpe vergonhoso protagonizado pelo actual Presidente em exercício. Na Venezuela ensaiaram-se já tentativas com o mesmo objectivo e tendo também por actores as forças mais reaccionárias e a “mãozinha” sempre generosa para com esta gente, dos EUA. Países inteiros devastados pelas guerras: Afeganistão, Iraque, Líbia, Síria, que persistem, provocadas pela ingerência e agressão das potências ocidentais, tendo à cabeça os EUA. Na Palestina, o Governo sionista de Israel continua, em flagrante e ostensivo desrespeito pelo Direito Internacional: a matar homens, mulheres e crianças palestinianas; a recusar o direito do povo palestiniano a um Estado soberano nas fronteiras anteriores à Guerra dos seis dias, conforme decisão da AG da ONU; a aumentar a instalação de colonatos nos territórios árabes ocupados, em contra-venção do Direito Internacional.

Entretanto sobe a tensão internacional com particular agravamento nas relações



EUA/RÚSSIA em consequência da Guerra na Síria, como causa próxima, uma vez que a situação se vem agravando progressivamente: com o problema da desestabilização da Ucrânia e o derrube do Presidente eleito, com apoio dos EUA e alguns países europeus; com a questão da Crimeia e a aplicação de sanções económicas à Rússia; com a decisão da instalação do chamado “escudo anti-míssil” e a criação pela NATO da Força de Intervenção Rápida, etc.

O Mundo aguarda por um novo cessar-fogo, por novas negociações. O perigo duma escalada é real.

Mas a esperança na Paz não morre

Registe-se aliás, como muito positivo, o caminho para a reconciliação na Colômbia.

Registe-se também e com relevante evidência a XVII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo do Movimento dos Países Não Alinhados, realizada na Ilha de Margarida, na República Bolivariana da Venezuela, em 17 e 18 de Setembro de 2016. Nesta cimeira, *“conscientes do facto de que a história e a realidade do mundo em que vivemos hoje demonstra que são os países em desenvolvimento os que sofrem mais intensamente do desconhecimento do direito internacional, de invasões, da destruição da guerra e dos conflitos armados motivados fundamentalmente pelos interesses geopolíticos dos grandes centros de poder, assim como dos prolongados conflitos herdados do colonialismo e neocolonialismo”*, os Chefes de Estado e de Governo dos Países Não Alinhados, traçaram como objectivos, de entre outros:

- Reiteraram que continuarão promovendo a solução pacífica dos conflitos, em conformidade como Artº 2 do Capítulo VI da Carta das Nações Unidas;
- Direito à livre determinação de todos os povos, incluindo os povos de territórios autónomos, territórios ocupados ou sob dominação colonial estrangeira;
- Reafirmaram suas intenções de redobrar esforços para eliminar a ameaça que representa para a espécie humana a

existência de armas de destruição massiva, em particular as armas nucleares;

- Compromisso com a promoção e protecção de todos os Direitos Humanos;
- Condenação da promulgação e aplicação de medidas coercivas unilaterais aos países do Movimento;
- Reiteraram que o terrorismo constitui uma das mais graves ameaças à paz e segurança internacionais;
- Diálogo entre civilizações;
- Reafirmaram uma vez mais que a ocupação israelita dos territórios palestinos, incluindo Jerusalém Oriental, constitui um factor desestabilizador na região e, como tal, exigiram a retirada da potência ocupante dos ditos territórios ocupados desde Junho de 1967;

Registe-se ainda, como vitória da Humanidade, a votação na Assembleia Geral da ONU, apenas com as abstenções dos EUA e de Israel, do fim do embargo a Cuba, medida coerciva unilateral responsável por fortes condicionamentos ao desenvolvimento económico da Ilha.

José Baptista Alves

Vice-Presidente da Direcção da ACR



Recuperar a Soberania para Construir o Futuro

Uns tantos vende-pátrias, mais os novos colonizadores, amarraram Portugal à então C.E.E. (agora U.E.) com o objectivo de travar o processo revolucionário português, não só por ele mesmo como pelo “mau” exemplo impulsionador da acção libertadora doutros povos.

Fizeram-no à revelia do Povo Português em quem reside a soberania, tal como o define o art.º 3.º da Constituição. E lá prometeram o mercado de 300 milhões e outras “benefitorias”, incluindo “salários europeus” e o “pelotão da frente”.

Acontece que um País, ou uma qualquer pessoa acorrentada, não caminha ou fá-lo arrastando-se; e, assim, atrasa-se relativamente aos poderosos a quem prometeram parceria.

Situação diferente no período democrático de 74/75, quando o país, recuperando a sua independência, caminhou de forma acelerada em todas as componentes da democracia (Económica, Social, Política e Cultural) aproveitando as suas potencialidades mesmo em tempo da crise Mundial de 73/75, possibilitando que Portugal fosse excepção nos efeitos mais nocivos de tal crise (ao contrário do que tinha profetizado

o ditador Marcelo Caetano em 1973) ao ponto da missão da OCDE que em Dezembro de 1975 se deslocou a Portugal, ter escrito no seu relatório que **“a economia portuguesa está surpreendentemente saudável”**.

Durante o domínio filipino, este foi combatido pelo povo português do primeiro ao último dia, enquanto era apoiado pelos “nobres” e outros, onde se incluíam os armadores que acreditavam ter mais segurança para as suas naus com a protecção de Castela, que, afinal, seriam arrastadas para as suas guerras, onde se afundaram.

Também agora, com a soberania e independências alienadas com a integração na CEE, foram inúmeras as empresas portuguesas que encerraram sob a “protecção” da “casa comum europeia”, lançando para a rua (desemprego) milhares e milhares de trabalhadores.

E em vez do tal mercado de 300 milhões a que os nossos comerciantes e produtores teriam acesso, assiste-se ao dantesco espectáculo de estabelecimentos encerrados com ruas e até localidades quase fantasmas, num sinistro quadro de edifícios com tijolos onde antes havia portas, janelas e montras.



Os Bancos que, enquanto nacionalizados, deram milhões de contos de lucro que contribuíram para as receitas do Estado, lá foram sendo privatizados com o argumento de “criar grupos económicos fortes para resistir ao impacto da adesão” (“Impacto”, a versão negro/realista dos termos “comunidade” e “união”), chegando ao cúmulo de ver os banqueiros a roubar e o povo a pagar, ou empresas que uma vez privatizadas igualmente deixaram de contribuir com os seus lucros e impostos para os cofres do Estado Português, como o Amorim, que pega nos milhões de lucro da Galp e os coloca na Holanda, onde pôs a sede fiscal, tal como os das demais empresas a quem foram oferecidas Empresas Públicas a preços de saldo.

Assistiu-se à destruição da frota mercante e de pesca, da agricultura e de grandes empresas industriais, aumentando a dependência do País em todos os domínios, como no escandaloso caso da Siderurgia, que foi transformada numa Fundação de

sucata que o país não tem em quantidade suficiente (importando-a, portanto) quando Portugal tem as maiores reservas/superfície de minério de ferro do Mundo (Moncorvo) vendendo a preço de saldo um novo Alto Forno que se destinava precisamente a transformar esse minério.

Nos restantes minérios em que Portugal tem riquíssimas reservas (cobre, estanho, zinco, volfrâmio, manganês, urânio e outros) se alienou a parte portuguesa a favor das multinacionais que levam os concentrados e os tratam fora do País ou encerraram minas sem cuidar das consequências ambientais, provocando mais desemprego.

Seguindo as receitas da U.E., deixámos de ter moeda própria e poder de decisão sobre ela; em nome do défice externamente decidido cortaram as verbas na saúde, ensino e demais áreas sociais e baixaram-se salários e pensões.

E, assim, em vez do “Pelotão da Frente”, temos este doloroso panorama de **UM PAÍS RICO, COM UM POVO EMPOBRECIDO E A PAGAR DÍVIDAS QUE NÃO CONTRAIU!**

Então, não restando dúvidas sobre o vírus da doença que afecta a pátria e os portugueses - a subserviência às potências imperialistas, à U.E. e à sua política monetária e moeda única agravadas pelas políticas dos governos indígenas ao serviço do capital –

a cura não está em manter ou aumentar a dose do veneno, mas em adoptar o seu antídoto – a reconquista da soberania, com uma política de desenvolvimento produtivo com a integração dos sectores básicos no sector público, com a satisfação dos direitos sociais que a Constituição obriga o Estado a assegurar e o aumento dos salários e pensões, dinamizando com isso a procura interna e assim criar emprego.

Isto, claro, num quadro do objectivo mais amplo de uma Europa de Paz e Cooperação, antagónica à U.E.

Neste processo, não haverá que esquecer o libelo acusatório aos “miguéis vasconcelos” intervenientes no processo de subordinação do País aos interesses dos grupos económicos que a U.E. representa, bem como da **justa reclamação de que Portugal e os portugueses sejam ressarcidos pelos prejuízos causados pela integração na CEE e pelo Euro.**

Trata-se de objectivos patrióticos que, para serem concretizados, têm de ser enquadrados num processo libertador e verdadeiramente democrático que terá de se suportar numa ampla participação popular

(não confundir com “vota e vai p’ra casa”) e em especial pela acção colectiva dos trabalhadores, conjugando os seus objectivos reivindicativos imediatos com a luta pela independência nacional. Tudo isto impulsionado pelo esclarecimento militante que terá que anteceder e acompanhar toda a acção colectiva.

Um processo em que, na sequência e consequência das múltiplas lutas, todos tomem consciência de que Portugal tem recursos e potencialidades só exequíveis quebrando as amarras que conduziram ao actual estado – U.E. e Euro.

O Povo Português foi decisivo em 1383/85, em 1580/1668, em 1808 (quando a corte fugiu para o Brasil, face às invasões francesas, ficando a resistência a cargo do povo), na I República (1910) e no 25 de Abril de 1974. Pois sê-lo-á novamente logo que se liberte da gigantesca manipulação e desinformação a que é sujeito.

Viva a soberania nacional e o Povo Português a quem a soberania pertence e que a haverá de fazer valer.

António Quintas
Sindicalista

www.conquistasdarevolucao.blogspot.com

Sugere-se a visita ao blogue e site da ACR onde são publicados todos os comunicados e noticiadas as iniciativas da Associação.

www.conquistasdarevolucao.pt

Edição: Associação Conquistas da Revolução
Coordenação: Modesto Navarro Design: Ana Neves

E-mail: conquistasdarevolucao@gmail.com
www.conquistasdarevolucao.blogspot.com

DEPÓSITO LEGAL 360191/13



Associação Conquistas da Revolução